

NOME DA PRÁTICA

513. Expedição 4.0 - Novos modelos de mandados cíveis

LOCALIDADE

Brasília / DF

AUTOR(ES)

Tribunal

DATA DA SUBMISSÃO

19/04/2022

CATEGORIA

Tribunal

NOME DO TRIBUNAL

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

NOME DO PRESIDENTE

Romeu Gonzaga Neiva

TELEFONE DO PRESIDENTE

(61) 31037115

NOME DO MAGISTRADO

Jayder Ramos de Araujo

E-MAIL DO MAGISTRADO

jayder.araujo@tjdft.jus.br

TELEFONE DO MAGISTRADO

(61) 31037266

NOME DO RESPONSÁVEL

Adelyse Moraes Lopes

CARGO DO RESPONSÁVEL

Supervisora substituta do Laboratório de Inovação Aurora

TELEFONE DO RESPONSÁVEL

(61) 31037004

E-MAIL DO RESPONSÁVEL

adelyse.lopes@tjdft.jus.br

ASSUNTO PREPONDERANTE

Acesso à Justiça

ENDEREÇO

Praça Municipal, Lote 1, 00, Zona Cívico-Administrativa, Brasília, DF

PRÁTICA JÁ APRESENTADA?

Não

EM FUNCIONAMENTO DESDE

2/2022

WHATSAPP

(61) 31037004 - Luciana Alipaz

CONTATO PARA RECEBER CONSULTOR

-

FACEBOOK

<https://www.facebook.com/TJDFToficial/>

INSTAGRAM

@tjdftoficial

YOUTUBE

<https://www.youtube.com/user/TJDFTnoticias>

DESCRIÇÃO RESUMIDA

Os novos modelos de mandados cíveis representam um esforço institucional para fomentar o acesso à Justiça pelos diferentes públicos do TJDFT. A reformulação dos documentos faz parte do projeto Expedição 4.0, cuja finalidade é o desenvolvimento de soluções inovadoras para a expedição de documentos e cumprimento de mandados, com foco na era digital. Para isso, foi realizada a revisão do leiaute dos mandados cíveis do Tribunal, voltada tanto ao aperfeiçoamento do design quanto à simplificação da linguagem. Aplicou-se Linguagem Simples e Direito Visual aos documentos para transmitir informações de forma clara e objetiva e tornar a compreensão do Direito mais acessível, inclusive com uso de elementos visuais. Assim, os novos formatos objetivam facilitar o exercício de direitos e o cumprimento de obrigações pelos cidadãos, além de uniformizar a identidade visual dessas comunicações tão importantes na relação da Justiça com a sociedade. Em adição, sob o viés de processos internos, a iniciativa otimiza e traz maior eficiência à expedição das Varas Cíveis, ao proporcionar a adoção de modelos padronizados e o uso facilitado e prático dentro do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe. Para tanto, foram realizadas automações importantes voltadas à inserção de variáveis para resgatar informações já existentes em bancos de dados, a fim de diminuir o tempo de expedição e erros associados à digitação. Os novos mandados foram elaborados em três formatos de cumprimento: 1) E-carta, para envio pelo sistema informatizado dos Correios; 2) Oficial de Justiça, para demandas que dependem de intervenção deste representante, com informações específicas a esse profissional; e, por fim, 3) 100% digital, para expedições realizadas nos processos com tramitação exclusivamente online. Os modelos entraram em funcionamento em 1º/2/2022. Até o momento, 39 tipos de mandados foram redesenhados e um total de 84 novos documentos encontram-se à disposição das 54 Varas com competência cível em todo DF.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO

A dificuldade de compreensão das comunicações do Poder Judiciário pela sociedade é um dos grandes desafios enfrentados pelos Tribunais brasileiros. Nesse sentido, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) destacou, em seu Estudo da Imagem do Judiciário Brasileiro de 2019, que 87% dos pesquisados consideram que “A linguagem jurídica é pouco compreensível”, e que 15% tem “pouca informação sobre como ter acesso e o que fazer”. O documento da AMB ainda revelou que o excesso de formalidades/muita burocracia e o distanciamento em relação à população são percebidos como dificuldades para o bom funcionamento do Judiciário por 86% dos respondentes. De outra sorte, uma consulta realizada aos gestores de unidades judiciárias do TJDF, em abril de 2021, levantou que 70% dos gestores percebem a expedição de documentos como responsável por mais de 40% do trabalho realizado por suas varas. Os gestores informaram ainda que, em razão do volume de trabalho, no mínimo 3 servidores realizam, de forma prioritária ou exclusiva, essas tarefas de expedição (38,46% revelou ocupar 5 ou mais servidores na atividade). Outro ponto considerado foi a ausência de padronização visual e textual dessas comunicações, que contribui para uma falta de percepção de unidade ou identidade do órgão perante a sociedade, que pode gerar insegurança no exercício de direitos e no cumprimento de obrigações. Além disso, dificulta a sua análise pelos oficiais de justiça e servidores responsáveis por impulsionar o andamento aos mandados. Por fim, tendo em vista a transformação digital pela qual a sociedade passa na atualidade, identificou-se uma janela de oportunidades de adoção de recursos tecnológicos em atos institucionais de comunicação, como links e QR codes, que podem favorecer o acesso à Justiça e o próprio desempenho do TJDF na entrega de valor público.

QUAL A PRINCIPAL INOVAÇÃO DA SUA PRÁTICA?

Elaboração e disponibilização de mandados cíveis com uso de Linguagem Simples e Direito Visual para expedição por meio do sistema Processo Judicial eletrônico (PJe).

EXPLIQUE COMO SUA PRÁTICA CONTRIBUI PARA O APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

Disponibilizar mandados cíveis com uso de Linguagem Simples e Direito Visual dentro do PJe transforma a comunicação da Justiça com a sociedade, sendo ferramenta vital para a democratização do Direito e desburocratização do serviço público. Dessa forma, a simplificação da linguagem e adoção de elementos visuais permite aos destinatários dos mandados a compreensão facilitada do teor jurídico de tais documentos, o que lhes concede maior autonomia para acessar seus direitos e cumprir seus deveres e obrigações. Essa mudança de paradigma agrega transparência e legitima o Poder Judiciário frente à sociedade, que passa a ser protagonista na busca e cumprimento de seus direitos. Além disso, para as Varas Cíveis, a padronização dos documentos e respectiva disponibilização dentro do PJe representa agilidade e eficiência na expedição dos documentos. Em médio prazo, significará também a redução das demandas de atendimento ao público que buscam, em grande medida, auxílio para compreender o conteúdo de tais comunicações.

NO SEU ENTENDIMENTO, SUA PRÁTICA FOMENTA A EDUCAÇÃO E A CULTURA NO PAÍS? EM CASO POSITIVO, EXPLIQUE COMO.

Sim, essa prática fomenta a educação e a cultura no país, na medida em que, ao aprimorar a acessibilidade dos mandados por meio da simplificação da linguagem e do uso de elementos de direito visual, promove o acesso à informação e a democratização da Justiça. A título de ilustração, o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF Brasil), de 2018, revelou que 29% da população brasileira entre 15 e 64 anos é analfabeta ou têm nível de educação rudimentar, e por isso não consegue compreender textos simples; 34% tem educação em nível elementar, seleciona uma ou mais unidades de informação; e apenas 37% possui nível de alfabetismo intermediário ou proficiente, e compreende textos mais complexos. Assim, ao propiciar uma leitura autônoma dos instrumentos judiciais, essas técnicas permitem que as pessoas conheçam de fato seus deveres e direitos e ampliem sua compreensão e capacidade de atuação no mundo que as cerca e, por consequência, fortaleçam sua cidadania.

EXPLIQUE COMO OCORREU O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA PRÁTICA.

A implantação dos novos modelos de mandados cíveis se deu a partir da identificação, dentro do Programa Cartório 4.0, da área de Expedição como um dos grandes gargalos para modernizar as atividades cartorárias do TJDFT rumo à era digital. A definição, por sua vez, da área cível como prioridade de atuação se deu em razão da realização de estudos que demonstraram que a sua expedição concentra mais de 20% do esforço institucional (mais de 130 mil mandados cíveis expedidos em 2019), excedendo amplamente os mandados de outras naturezas. Nesse contexto, o Laboratório de Inovação Aurora, valendo-se da abordagem do design thinking, conduziu oficinas com a participação de magistradas e magistrados, diretores e diretoras, pessoas expedidoras e oficiais e oficiais de justiça para discussão e construção de documentos mais acessíveis ao público e com expedição facilitada. A prioridade da elaboração dos documentos, de acordo com a relevância de cada modelo na rotina cartorária, também foi considerada. Os trabalhos foram compilados pelo Aurora, que propôs e condensou a linguagem a ser utilizada, bem como elaborou o design gráfico dos mandados, considerando-se a hierarquia das informações, os benefícios da utilização de elementos visuais e a necessidade de criação de materiais de auxílio ao público, como: livreto de Contato da Defensoria Pública e Núcleos de Prática Jurídica e manual de Como Participar de uma Audiência por Videoconferência. Um Glossário de Ícones também foi criado para auxiliar na criação de uma linguagem única e institucionalizada, bem como para padronizar a identidade visual. O material deve ser empregado também em outros tipos de comunicações com o público e, por isso, está à disposição de toda a Casa. Os modelos de documentos propostos foram validados por uma comissão formada por representantes da Presidência, Corregedoria e juízes convidados, além de servidores da área de Tecnologia da Informação e da equipe do Aurora. Para acompanhamento e auxílio técnico no uso dos novos mandados, de forma dinâmica e colaborativa, foi criado um canal de comunicação interno, que atualmente conta com a participação de representantes das 54 Varas com competência cível em todo o DF. Até o momento, já foram disponibilizados 84 diferentes documentos. A expectativa é de que todos os modelos da área cível sejam criados e implementados ainda em abril de 2022.

QUAIS OS FATORES DE SUCESSO DA PRÁTICA?

O fator diferencial de sucesso foi o patrocínio da Presidência do TJDFT à adoção de linguagem simples e uso de direito visual como política institucional, materializada na publicação inédita no Poder Judiciário de ato normativo regulamentando o tema - Portaria Conjunta 91/2021. Soma-se a isso o patrocínio da Corregedoria, ao reconhecer a relevância e o impacto da modernização da expedição para a celeridade e eficiência da prestação jurisdicional. Ademais, esse sucesso de criação e efetivação dos novos modelos também encontrou guarida no interesse de juízas e juízes, diretoras e diretoras, servidoras e servidoras em aprimorar as rotinas cartorárias e oferecer um serviço mais dinâmico à sociedade e condizente com a realidade e com as tecnologias disponíveis.

QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?

Tendo em vista as restrições de circulação e acesso ao público, em razão da pandemia do Covid-19, a validação dos documentos junto à sociedade ainda não pode ser realizada. Dessa forma, ainda se pretende consultar o público externo quanto ao nível de entendimento dos novos textos e ícones, se links e QR Codes estão facilitando o acesso a informações, qual o grau de satisfação geral com o novo formato, dentre outros. Outro ponto de destaque foram as restrições técnicas do próprio sistema PJe, considerando que o editor de texto existente carece de atualizações, bem como os documentos na forma que são visualizados não representam fielmente o documento impresso, principalmente quando integrado a outros sistemas como E-Carta e Sistema de Controle de Mandados – CEMAN. Por essa razão, vários testes em plataformas diferentes tiveram de ser realizados para cada mandado produzido.

EQUIPE

Juiz Jayder Ramos de Araujo - Juiz Auxiliar da Presidência Mariana Bicalho Machado - Laboratório de Inovação Aurora Marcus Vinicius Alvarenga - Laboratório de Inovação Aurora Adelyse Moraes Lopes - Laboratório de Inovação Aurora Luciana Alipaz Cianni de Lara Resende - Laboratório de Inovação Aurora Daniel Barbosa Pereira - Coordenadoria de Correição e Inspeção Judicial Tulio Vieira Lins Parca - Coordenadoria de Sistemas e Estatísticas da Primeira Instância

EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

Processo Judicial Eletrônico-PJe.

ORÇAMENTO

Mão de obra própria do TJDFT.

OUTROS RECURSOS

As reuniões, oficinas, canais de comunicação, pesquisas e documentos foram criados com ferramentas disponíveis no Office 365 (Microsoft Teams, Power Point, Word, Forms). A disponibilização dos documentos para avaliação pelo grupo de trabalho foi feita pelo Adobe XD. Empregaram-se também computadores e impressora (para a realização de testes analógicos).

COMO VOCÊ FICOU SABENDO DAS INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO INNOVARE?

redes sociais, sites

RELATÓRIO DE PRÁTICAS

19ª Edição

Expedição 4.0 - Novos modelos de mandados cíveis - TJDF

Modelo E-CARTA: Carta de Citação. Documento digitalizado com QR code e espaço reservado para o correio.

Modelo OI: Mandado de Busca, Apreensão e Citação. Documento digitalizado com QR code e espaço reservado para o correio.

Modelo OI: Mandado de Citação em Montória. Documento digitalizado com QR code e espaço reservado para o correio.

Novos modelos de mandados cíveis - TJDF

Modelo E-CARTA: Carta de Citação. Documento digitalizado com QR code e espaço reservado para o correio.

Modelo OI: Mandado de Busca, Apreensão e Citação. Documento digitalizado com QR code e espaço reservado para o correio.

Modelo OI: Mandado de Citação em Montória. Documento digitalizado com QR code e espaço reservado para o correio.

Expedição 4.0 - Contatos da Defensoria Pública e Núcleos de Prática Jurídica

Material disponível ao público em QR Code nos novos modelos de mandados

Mapa de localização para encontrar a assistência jurídica.

ENTENDA

1. Onde a Defensoria Pública atua?

2. Quem pode recorrer à Defensoria Pública?

3. Quem pode recorrer à Defensoria Pública?

4. Quem pode recorrer à Defensoria Pública?

5. Quem pode recorrer à Defensoria Pública?

6. Quem pode recorrer à Defensoria Pública?

ENTENDA

Resumo de informações sobre a Defensoria Pública.

ATENÇÃO NA DEFENSORIA PÚBLICA

Atendimento presencial e online.

ATENÇÃO NELOS NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA

Atendimento nos núcleos de prática jurídica.

ATENÇÃO NELOS NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA

Atendimento nos núcleos de prática jurídica.

ATENÇÃO NELOS NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA

Atendimento nos núcleos de prática jurídica.

QR Code para acesso ao material disponível ao público.